

Detalhe de Oferta de Emprego

Caracterização da Oferta

Código da Oferta: OE202303/0876

Tipo Oferta: Procedimento Concursal Comum

Estado: Ativa

Nível Orgânico: Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Orgão / Serviço: Universidade do Algarve

Vínculo: CTFP a termo resolutivo certo

Duração: 36

Regime: Carreiras Não Revistas

Carreira: Investigador

Categoria: Qualquer

Grau de Complexidade: 0

Remuneração: 2.206,05

Suplemento Mensal: 0.00 EUR

Caracterização do Posto de Trabalho:

Investigação e participação em políticas públicas de monitorização e exploração do oceano, ou avaliação e gestão de riscos ambientais, ou biotecnologia ou soluções baseadas na natureza para a economia azul. Ligação entre o CIMA e o Laboratório Associado ARNET, submissão e gestão de projetos de investigação, publicação científica a nível internacional e disseminação de investigação para o público geral.

Requisitos de Admissão

Nomeação definitiva

Nomeação transitória, por tempo determinável

Nomeação transitória, por tempo determinado

Relação Jurídica: CTFP por tempo indeterminado

CTFP a termo resolutivo certo

CTFP a termo resolutivo incerto

Sem Relação Jurídica de Emprego Público

a) Nacionalidade Portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial;

b) 18 anos de idade completos;

Requisitos para a Constituição de Relação Jurídica:

c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;

d) Robustez física e perfil psíquico indispensável ao exercício das funções;

e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.

Autorização dos membros do Governo Artigo 30.º da LTFP:

Dispensada nos termos previstos no artigo 16.º do RJEC

Habilitação Literária: Doutoramento

Descrição da Habilitação Literária:

Ciênc Mar e/ou Terra e/ou Ambientais, Química e/ou Ciênc Biológic, Biotecnol, Oceanografia ou afim

Grupo Área Temática

Área Temática Ignorada

Sub-área Temática

Área Temática Ignorada

Área Temática

Área Temática Ignorada

Locais de Trabalho

Local Trabalho	Nº Postos	Morada	Localidade	Código Postal	Distrito	Concelho
Universidade do Algarve	1	Campus da Penha - Estrada da Penha	Faro	8005139 FARO	Faro	Faro

Total Postos de Trabalho: 1

Nº de Vagas/ Alterações

Formação Profissional

Outros Requisitos: a) Requisitos de desempenho Científico; Possuir experiência de trabalho numa das áreas de:

- i. monitorização e exploração do oceano, ou
- ii. avaliação e gestão de riscos ambientais, ou
- iii. biotecnologia, ou
- iv. soluções baseadas na natureza na área da economia azul.

b) Demonstrar ter autoria ou co-autoria de, em média, pelo menos uma publicação indexada por ano, após o doutoramento, internacionalmente aferidas no "Scopus Author ID" na área disciplinar, ou afins, para que foi aberto o concurso.

c) Ter participado em projetos científicos e/ou em políticas públicas, na qualidade de Investigador.

d) Demonstrar propensão para disseminar o conhecimento científico na comunidade científica e para o público em geral, por meio de projetos científicos e de cidadania, bem como atividades de divulgação.

e) Possuir excelente conhecimento de inglês (oral e escrito).

Formalização das Candidaturas

Envio de Candidaturas para: srhconcurso@ualg.pt

Contacto: 289800108

Data Publicitação: 2023-03-23

Data Limite: 2023-05-09

Texto Publicado

Jornal Oficial e Órgão de Comunicação Social: Aviso (extrato) n.º 6052/2023 - Diário da República 2ª Série nº 58 de 22-03-2023

Texto Publicado em Jornal Oficial: 1. Em conformidade com as normas que enformam o Regime Jurídico do Emprego Científico aprovado pelo Decreto-Lei n.º 57/2016 de 29 de agosto, com a redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 57/2017 de 19 de julho, e por despacho do Reitor da Universidade do Algarve de 3 de março de 2023, foi autorizada a abertura de procedimento concursal de seleção internacional para a contratação de 1 (um(a)) doutorado(a), de nível inicial, para exercício de funções no Centro de Investigação Marinha e Ambiental da Universidade do Algarve, no âmbito do Laboratório Associado ARNET (LA/P/0069/2020), em regime de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo. 2. O contrato de trabalho é celebrado pelo prazo de 3 (três) anos, automaticamente renováveis por períodos de um ano e até à duração máxima de 6 (seis) anos, salvo se, e sem prejuízo de outras causas de cessação ou extinção legalmente previstas, o órgão científico da instituição propuser a sua cessação, a qual deve ser comunicada ao interessado até 90 dias antes do termo do contrato inicial ou da renovação em curso, com fundamento em avaliação desfavorável do trabalho desenvolvido pelo doutorado, realizada nos termos do regulamento interno, sendo determinante, para além de outras, a promoção e obtenção de fontes de financiamento externo para garantir a investigação futura na área em que foi contratado. 3. O procedimento encontra-se aberto pelo prazo de 30 (trinta) dias úteis, contados da data da sua publicação na Bolsa de Emprego

Público (BEP), no endereço www.bep.gov.pt, e divulgado no portal Euraxess Portugal em <https://www.euraxess.pt> e no sítio na internet da Universidade do Algarve em <https://www.ualg.pt/procedimentos-concursais>.

4. Legislação aplicável: Decreto-Lei n.º 57/2016 de 29 de agosto, alterado pela Lei n.º 57/2017 de 19 de julho, que aprova o regime de contratação de doutorados, destinado a estimular o emprego científico e tecnológico em todas as áreas de conhecimento (RJEC); Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovado em anexo à Lei n.º 35/2014 de 20 de junho (LTFP), na sua atual redação, Decreto Regulamentar n.º 11-A/2017 de 29 de dezembro e o Código do Procedimento Administrativo (CPA).

5. Nos termos previstos no artigo 16.º do RJEC o presente procedimento concursal está dispensado: a) da autorização dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, designadamente a referida no n.º 3 do artigo 7.º da LTFP; b) da obtenção do parecer prévio favorável dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, referido no n.º 5 do artigo 30.º da LTFP; c) do procedimento de recrutamento de trabalhadores em situação de requalificação, referido no artigo 265.º da LTFP.

6. Em conformidade com o artigo 13.º do RJEC, o júri do procedimento tem a seguinte composição: Presidente: Doutora, Maria João da Anunciação Franco Bebianno, Professora Catedrática Jubilada da Universidade do Algarve; Vogais efetivos: 1.º Vogal: Doutora, Fernanda Maria Fraga Mimoso Gouveia Cássio, Professora Catedrática da Universidade do Minho; 2.º vogal: Doutor, Pedro Raposo de Almeida, Professor Catedrático da Universidade de Évora; 3.º vogal: Doutor Flávio Augusto Bastos da Cruz Martins, Professor Coordenador com Agregação da Universidade do Algarve; 4.º Vogal: Doutora, Sara Isabel Cacheira Raposo, Professora Auxiliar da Universidade do Algarve; 5.º Vogal: Doutor, Óscar Manuel Fernandes Cerveira Ferreira, Professor Associado com Agregação da Universidade do Algarve; Vogais suplentes: 1.º vogal: Doutora Filomena Maria Coelho Guerra da Fonseca, Professora Auxiliar da Universidade do Algarve; 2.º vogal: Doutor Jaime Aníbal, Professor Adjunto da Universidade do Algarve.

7. Local de trabalho: O(A) Investigador(a) contratado(a) desempenhará as suas funções no Centro de Investigação Marinha e Ambiental da Universidade do Algarve, no Campus de Gambelas, em Faro, sem prejuízo de em situações pontuais lhe ser indicado outro local para a execução dos trabalhos para que foi contratado(a).

8. Atividades a desempenhar: Investigação e participação em políticas públicas de monitorização e exploração do oceano, ou avaliação e gestão de riscos ambientais, ou biotecnologia ou soluções baseadas na natureza para a economia azul. Ligação entre o CIMA e o Laboratório Associado ARNET, submissão e gestão de projetos de investigação, publicação científica a nível internacional e disseminação de investigação para o público geral.

9. Poderão ser atribuídas ao(a) doutorado(a), mediante acordo do(a) próprio(a), até 4 horas de aulas semanais não podendo exceder 90 horas anuais em unidades curriculares da sua área de especialidade.

10. A remuneração mensal a atribuir, nos termos conjugados do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 15.º do RJEC e n.º 1 do artigo 2.º do Decreto Regulamentar n.º 11-A/2017 de 29 de dezembro, correspondente ao nível 33 da Tabela Remuneratória Única, aprovada pela Portaria n.º 1553-C/2008 de 31 de dezembro, sendo de € 2.206,05 (dois mil duzentos e seis euros e cinco centimos), ilíquidos, em regime de dedicação.

11. Ao presente concurso podem ser opositores(as) candidatos(as) que sejam titulares do grau de Doutor em Ciências do Mar e/ou da Terra e/ou Ambientais, Química e/ou Ciências Biológicas, Biotecnologia, Oceanografia ou área científica afim e detentores(as) de um currículo científico e profissional que revele um perfil adequado à atividade a desenvolver. Caso o doutoramento tenha sido conferido por instituição de ensino superior estrangeira, o mesmo tem de obedecer às regras estabelecidas no regime jurídico do reconhecimento de graus académicos superiores estrangeiros em vigor, devendo o(a) candidato(a) ordenado(a) em lugar elegível cumprir as formalidades exigidas até à data do termo do prazo concedido para a celebração do contrato, sob pena de exclusão do procedimento concursal.

12. São requisitos gerais de admissão ao procedimento concursal, aqueles a que alude o artigo 17.º da LTFP.

13. Constituem requisitos especiais de admissão para efeitos de determinação do perfil adequado à atividade a desenvolver, de acordo com o ponto 11: a) Requisitos de desempenho Científico; Possuir experiência de trabalho numa das áreas de: i. monitorização e exploração do oceano, ou ii. avaliação e gestão de riscos ambientais, ou iii. biotecnologia, ou iv. soluções baseadas na natureza na área da economia azul. b) Demonstrar ter autoria ou co-autoria de, em média, pelo menos uma publicação indexada por ano, após o doutoramento, internacionalmente aferidas no "Scopus Author ID" na área disciplinar, ou afins, para que foi aberto o concurso. c) Ter participado em projetos científicos e/ou em políticas públicas, na qualidade de Investigador. d) Demonstrar propensão para disseminar o conhecimento científico na comunidade científica e para o

público em geral, por meio de projetos científicos e de cidadania, bem como atividades de divulgação. e) Possuir excelente conhecimento de inglês (oral e escrito). 14. Nos termos do artigo 5.º do RJEC, a seleção realiza-se através da avaliação do percurso científico e curricular dos candidatos(as). 15. A avaliação do percurso científico e curricular incide sobre a relevância, qualidade e atualidade: a) Da produção científica, tecnológica, cultural ou artística dos últimos cinco anos considerada mais relevante pelo(a) candidato(a); b) Das atividades de investigação aplicada ou baseada na prática, desenvolvidas nos últimos cinco anos e consideradas de maior impacto pelo candidato(a); c) Das atividades de extensão e de disseminação do conhecimento desenvolvidas nos últimos cinco anos, designadamente no contexto da promoção da cultura e das práticas científicas, consideradas de maior relevância pelo candidato(a); d) Das atividades de gestão de programas de ciência, tecnologia e inovação, ou da experiência na observação e monitorização do sistema científico e tecnológico ou do ensino superior, em Portugal ou no estrangeiro. 16. O período de cinco anos a que se refere o número anterior pode ser aumentado pelo júri, a pedido do(a) candidato(a), quando fundamentado em suspensão da atividade científica, em razão de circunstâncias socialmente protegidas, nomeadamente, por motivo de licença de parentalidade, de doença grave prolongada e outras situações de indisponibilidade para o trabalho legalmente tuteladas. 17. Os critérios de avaliação definidos pelo júri na ata da reunião de 6 de março de 2023, em conformidade com o n.º 15, são: a) Da produção científica, tecnológica, cultural ou artística dos últimos cinco anos considerada mais relevante pelo(a) candidato(a) (10 pontos) Deverá ser considerada, em particular, a relevância na área e nos tópicos específicos em que é aberto o concurso, expressa pelo número e tipo de publicações e pelo reconhecimento que lhes é prestado pela comunidade científica. b) Das atividades de investigação e /ou políticas públicas, desenvolvidas nos últimos cinco anos e consideradas de maior impacto pelo(a) candidato(a) (5 pontos) Deverão ser consideradas a participação em projetos científicos e/ou políticas públicas bem como a qualidade dos projetos científicos em que participou, na área em que é aberto o concurso, financiados numa base competitiva por fundos públicos, através de agências nacionais ou internacionais, ou financiados por empresas. c) Das atividades de extensão e de disseminação do conhecimento desenvolvidas nos últimos cinco anos, designadamente no contexto da promoção da cultura e das práticas científicas, consideradas de maior relevância pelo(a) candidato(a) (3 pontos) Deverão ser contempladas, entre outras atividades de disseminação, a orientação de estudantes de diferentes graus de ensino, participação em políticas públicas e em iniciativas de divulgação científica e tecnológica junto da comunidade científica e para diversos públicos, apresentação de palestras e seminários destinados ao público em geral. d) Das atividades de gestão de programas de ciência, tecnologia e inovação, ou da experiência na observação e monitorização do sistema científico e tecnológico ou do ensino superior, em Portugal ou no estrangeiro (2 pontos). Deverão ser consideradas atividades que se enquadrem nos objetivos estratégicos do Laboratório Associado ARNET que deverão estar claramente identificados no curriculum vitae do candidato e a experiência na capacidade de ligação entre diferentes grupos de investigação nacionais e estrangeiros. 18. São excluídos do procedimento os(as) candidatos(as) que tenham obtido uma valorização inferior a 9,5 valores. 19. Numa segunda fase de avaliação, o júri poderá, se assim o entender, entrevistar os(as) três (3) candidatos(as) melhor classificados com o objetivo de exclusivamente clarificar aspetos relacionados com os resultados da sua investigação para melhor aferir da adequação ao posto de trabalho. 20. O sistema de classificação final dos candidatos é expresso numa escala de 0-20, com valorização até às décimas. Valorização final (se houver entrevista): a valorização final e o consequente ordenamento dos candidatos, resulta da aplicação da fórmula abaixo indicada e será expressa numa escala de 0-20: $VF = ApCC (90\%) + E (10\%)$ Em que: VF = valorização final; ApCC = avaliação percurso científico e curricular; E = entrevista. Em caso de igualdade de valorização, o critério de desempate será o voto do presidente do Júri. 21. O júri delibera através de votação nominal fundamentada de acordo com os critérios de seleção adotados e divulgados, não sendo permitidas abstenções. 22. Das reuniões do júri são elaboradas atas, que contêm um resumo do que nelas houver ocorrido, bem como os votos emitidos por cada um dos membros e respetiva fundamentação, sendo facultadas aos candidatos sempre que solicitadas. 23. Após conclusão da aplicação dos critérios de seleção, o júri procede à elaboração da lista ordenada dos(as) candidatos(as) aprovados(as) com a respetiva classificação. 24. A deliberação final do júri é homologada pelo Reitor da Universidade do Algarve, a quem compete ainda, a decisão final sobre a contratação. 25. As candidaturas são formalizadas, através do requerimento disponibilizado para o efeito na página web da Universidade do Algarve (<https://www.ualg.pt/procedimentos-concursais>), dirigido ao Reitor da

Universidade do Algarve, e entregues: a) por via eletrónica para o endereço srhconcurso@ualg.pt até às 23h59 do último dia do prazo para apresentação das candidaturas; ou b) por correio registado com aviso de receção endereçado ao Reitor da Universidade do Algarve, Campus da Penha, 8005-139 Faro, valendo a data aposta no registo como data de envio para efeitos de cumprimento do prazo referido no ponto anterior; ou c) pessoalmente no Expediente Geral da Universidade do Algarve, no piso 0 do edifício da Administração, no Campus da Penha, em Faro, entre as 9h00m e as 12h30m e entre as 14h00m e as 17h30m, até ao último dia do prazo de candidatura. 26. Do requerimento do(a) candidato(a) constará, obrigatoriamente, a identificação do presente aviso, o nome completo do(a) candidato(a), filiação, número do documento de identificação (cartão de cidadão, bilhete de identidade ou documento equivalente no caso de candidato(a) estrangeiro, passaporte, com indicação da respetiva data de validade), número de identificação fiscal, data e local de nascimento, estado civil, profissão, ramo do doutoramento e data de conclusão, morada, contacto telefónico e endereço de correio eletrónico. O(A) candidato(a) deve ainda manifestar o seu consentimento para que as comunicações e notificações, no âmbito deste procedimento concursal, possam ter lugar por correio eletrónico. 27. A candidatura é acompanhada dos documentos comprovativos das condições previstas nos n.ºs 11 e 13 para admissão ao presente procedimento concursal, nomeadamente: a) Cópia do certificado ou diploma de doutoramento; b) Carta de motivação (em inglês), sublinhando as atividades científicas e contributos mais significativos nos últimos 5 anos (máximo 3000 caracteres incluindo espaços) de acordo com o n.º 2 do artigo 5.º do RJEC, incluindo a listagem e disponibilização de 3-5 artigos publicados que considere representativos ou com maior impacto na área; c) Curriculum vitae detalhado (em inglês), do qual conste informação sobre o percurso científico e curricular do(a) candidato(a), organizado em conformidade com os critérios de avaliação fixados; d) Outros documentos relevantes para avaliação das qualificações em área científica afim. e) Outros documentos que o(a) candidato(a) considere relevantes para apreciação da sua candidatura (se aplicável, um exemplar em formato digital). f) Declaração, sob compromisso de honra, em integrar o Laboratório Associado ARNET através do CIMA no caso de contratação 28. São excluídos do procedimento os(as) candidatos(as) que apresentem a candidatura fora do prazo estabelecido no ponto 3 bem como os que não a formalizem corretamente ou que não façam prova dos requisitos exigidos. 29. As falsas declarações prestadas pelos(as) candidatos(as) são punidas nos termos legalmente previstos. Em caso de dúvida acerca da autenticidade das declarações prestadas pelos(as) candidatos(as), pode o júri exigir a apresentação dos documentos comprovativos que entender necessários. 30. As convocatórias para a realização dos métodos de seleção serão efetuadas através de e-mail com recibo de entrega da notificação. 31. A lista de candidatos(as) admitidos(as) e excluídos(as), bem como a lista de classificação final será afixada nos Serviços de Recursos Humanos da Universidade do Algarve e disponibilizada na sua página eletrónica, dando-se ainda conhecimento da mesma aos(as) candidatos(as), através de e-mail com recibo de entrega da notificação. 32. Nos termos do disposto no artigo 121.º do CPA, os(as) candidatos(as) são notificados da decisão de exclusão e do projeto de lista de classificação final, sendo-lhes concedido, em sede de audiência prévia, o prazo de 10 dias úteis para querendo, dizer o que tiverem por conveniente. 33. O presente concurso destina-se, exclusivamente, ao preenchimento das vagas indicadas, podendo ser feito cessar até a homologação da lista de ordenação final dos candidatos e caducando com a respetiva ocupação dos postos de trabalho. 34. A Universidade do Algarve promove ativamente uma política de não discriminação e de igualdade de acesso, pelo que nenhum(a) candidato(a) pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado ou privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever, em razão, nomeadamente, de ascendência, idade, sexo, orientação sexual, estado civil, situação familiar, situação económica, instrução, origem ou condição social, património genético, capacidade de trabalho reduzida, deficiência, doença crónica, nacionalidade, origem étnica ou raça, território de origem, língua, religião, convicções políticas ou ideológicas e filiação sindical. 35. O júri aprovou este aviso na reunião realizada a 6 de março de 2023. 36. Nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 29/2001 de 3 de fevereiro, o candidato portador de deficiência tem preferência em igualdade de classificação, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência legal. Os(As) candidatos(as) devem declarar na candidatura, sob compromisso de honra, o respetivo grau de incapacidade, o tipo de deficiência e os meios de comunicação ou expressão a utilizar no processo de seleção. 37. A Universidade do Algarve clarifica, para efeitos do disposto no n.º 5 do artigo 6º do RJEC, que não assume qualquer compromisso de vir a considerar ser do seu interesse estratégico a abertura de procedimento concursal para a carreira de investigação científica ou para a carreira docente de

ensino superior. 10-03-2023 - O Reitor, Paulo Águas.

Observações

Alteração de Júri

Resultados

Questionário de Terminó da Oferta

Admitidos

Masculinos:

Femininos:

Total:

Total SME:

Total Com Auxílio da BEP:

Recrutados

Masculinos:

Femininos:

Total:

Total Portadores Deficiência:

Total SME:

Total Com Auxílio da BEP: